



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

CONTRATO N° 007/2022

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DO
MEDICAMENTO DIAZÓXIDO 100 MG (PROGLICEM® 100
MG) PARA DOAÇÃO A PACIENTE COM DIAGNÓSTICO DE
HIPERINSULINISMO CONGÊNITO, EM ATENDIMENTO A
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2022
DISPENSA N° 006/2022
ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Monte Belo**

O MUNICÍPIO DE MONTE BELO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.668.376/0001-34, com sede na Av. Francisco Wenceslau do Anjos, n.º 453, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Kleber Antônio Ferreira Boneli, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n.º 505.712.816-72 e do RG: M-3.122.714 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Monte Belo – MG, na Rua João Rafael n.º 41 – Centro, denominada **CONTRATANTE** e a PROGOODS COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, empresa estabelecida na cidade de São Paulo – SP, Rua São Tomé, 119, Andar 4, Conjunto 44, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.551-080, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 39.494.470/0001-94, através do seu representante legal Sr. Paulo Otavio Montalvão Camisotti, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 37.579.968-0 SSP/SP, CPF n.º 406.877.648-23, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, à Rua Seridó, n.º 106, Jacarandá 11, Jardim Europa, CEP: 01.455-040, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamento Diazóxido 100 mg (Proglícem® 100 mg), caixa com 100 comprimidos para doação a paciente J. L. C. S., criança com diagnóstico de hiperinsulinismo congênito, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Caso a empresa contratada realize a importação do objeto em questão e efetue seu pagamento com moeda diversa a moeda corrente nacional (real), serão adotadas as seguintes medidas:

1.2.1. Considera-se o valor total do Contrato como sendo valor total estimado, podendo variar conforme a taxa de câmbio em relação a moeda nacional;

1.2.2. A única variação permitida no valor unitário do produto, calculado na emissão das ordens de fornecimento, será aquela originada da variação da taxa de câmbio em relação a moeda nacional;

1

PAULO OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:406
87764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:42:46 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:50571
281672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:505712816
72
Dados: 2022.03.18
09:12:59 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

1.2.3. O cálculo da variação do valor unitário do produto será efetuado pela **CONTRATANTE** considerando a taxa de câmbio publicada no Banco Central do Brasil de acordo com conversor encontrado no sítio <https://www.bcb.gov.br/conversao> no dia em que as respectivas ordens de fornecimento forem emitidas, comparadas com a taxa de câmbio da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** para o PRC n.º 036/2022, Dispensa n.º 006/2022.

1.3. O objeto será entregue de acordo com as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	
				UNIT.	TOTAL
01	Diazóxido 100 mg (Proglycem® 100 mg)	COMP.	1.400	R\$ 19,673	R\$ 27.542,20

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O Município procederá ao pagamento do objeto, conforme ordem de fornecimento, por transferência bancária, de forma antecipada, com a emissão do “INVOICE”, documento de fechamento de câmbio, emitido dentro da vigência do Contrato, devendo ser apresentado Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal e Prova de Regularidade Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Seguridade Social.

2.2. As notas fiscais / INVOICE deverão ser emitidas obrigatoriamente dentro do prazo de validade do Contrato.

2.2.1. Deverão ser anexados a cada Nota Fiscal o Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Seguridade Social, CND Municipal e Estadual, sob pena de rescisão contratual;

2.3. Fica condicionado que o pagamento apenas será efetuado pela Prefeitura Municipal assim que emitida a ordem de fornecimento;

2.4. As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Ficha – 285 – 02 05 02 10 303 0019 2054 3 3 90 32

Ficha – 291 – 02 05 02 10 303 0019 2054 3 3 90 91

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. Compete a Secretaria Municipal de Saúde acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, através de seus técnicos ou setores designados, a quem caberá autorizar a emissão de faturas, alterações de projetos, substituição e materiais, bem como praticar todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução do objeto contratado.

2

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40
687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:40:13 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:505712
81672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2022.03.18
09:13:21 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado a Prefeitura, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela Prefeitura, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura, esta comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar a Prefeitura a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Prefeitura, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Os serviços e produtos oriundos deste contrato e contratados pela Prefeitura poderão ser rescindidos:

- a) Por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

3

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40
687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:406877648
23
Dados: 2022.03.23
11:40:28 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:5057128
1672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2022.03.18
09:13:39 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

6.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante instrumentos regulados pela Portaria Interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

- a) No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- b) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;
- c) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça. Parágrafo único. A contratante deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES

7.1. A CONTRATADA incorre nas seguintes sanções previstas no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02 e de acordo com o disposto na Instrução Normativa da Presidência da República n.º 01/2017, sendo:

I. Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

II. Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

III. Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

IV. Cometer fraude fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

7.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no aporte de 30% (trinta por cento) do valor total correspondente ao contrato e será aplicada após assegurado o direito do penalizado ao contraditório e ampla defesa.

7.3. A multa será descontada da garantia da respectiva CONTRATADA, se for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a

4

PAULO OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:406
87764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:40:46 -03'00'

KLEBER ANTONIO
FERREIRA
BONELI:50571281
672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2022.03.18
09:13:54 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.4. Podem ser aplicadas ainda, isolada ou cumulativamente, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa no valor de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.4.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

7.4.2. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.4.3. A sanção estabelecida no item 8.4, inciso IV deste contrato é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art. 109 inciso III da Lei Federal. n.º 8.666/93)

7.5. O valor máximo das multas poderá exceder, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

7.6. A aplicação da pena de advertência caberá ao gestor do Contrato e quanto às demais penalidades serão de competência das Secretarias Municipais.

7.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 (cinco) dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.8. As ocorrências relacionadas às contratações serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

7.9. Pelo atraso injustificado e não aceito pela CONTRATADA para a realização do objeto será

5

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:4
0687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:41:01 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:5057
1281672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:505712816
72
Dados: 2022.03.18
09:14:06 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, bem como a multa prevista no item acima.

7.10. Pelo atraso injustificado e não aceito pela CONTRATADA para a realização do objeto será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, bem como a multa prevista no item acima.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSO DE PENALIDADES

O prazo para a apresentação de recurso quanto às penalidades aplicadas será de 05 (cinco) dias conforme o art. 109 da Lei Federal. n.º 8.666/1993.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - DA CONTRATADA

- a) Fornecer os produtos de acordo com as condições e os prazos estabelecidos no PRC n.º 036/2022, Dispensa n.º 006/2022 e seus anexos;
- b) Observar para o fornecimento dos produtos, seja ele de que tipo for, as normas técnicas adequadas;
- c) Fornecer, juntamente com aos objetos, toda a sua respectiva documentação fiscal incluindo a garantia mínima de 12 meses.
- d) Como se trata de medicamento importado em específico e sendo perecível, a sua validade deverá ser de 2/3 (dois terços) referente ao prazo total;
- e) Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os produtos sejam entregues com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- f) Comunicar imediatamente o Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado;
- g) Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no PRC n.º 036/2022, Dispensa n.º 006/2022 e seus anexos;
- h) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com prévia e expressa autorização do Município;
- j) Atender prontamente quaisquer exigências do representante do Município, inerentes ao objeto da licitação;
- k) Responsabilizar-se pela realização do objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e

6

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40
687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:41:16 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:50571
281672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:5057128167
2
Dados: 2022.03.18
09:14:19 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

condições fixados no PRC n.º 036/2022, Dispensa n.º 006/2022 e seus respectivos anexos;

l) Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato;

m) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros;

n) Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública, sob pena de rescisão contratual;

o) Permitir o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma dos artigos 45 e 49 a 51 da Portaria Interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016;

p) Assumir a responsabilidade que a qualidade dos materiais fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

q) Correrão por conta da empresa vencedora as despesas não previstas inicialmente no contrato referente a execução de seu objeto, assim exigidas pelo Órgão Concedente ou mandatária;

r) Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

9.1.1. Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos itens licitados exigidos, a empresa deverá adequá-los sem qualquer ônus para o Município.

9.1.2. As especificações dos produtos serão conferidas no momento da realização de acordo com o Termo de Referência deste Processo e Proposta Apresentada, bem como as certificações, se assim for solicitado na ordem de compras.

9.2. DA CONTRATANTE

a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

b) Fornecer todos os esclarecimentos necessários à entrega do objeto contratado;

c) Pagar os valores contratados pelos produtos no prazo e nas condições contratuais;

7

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:4
0687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:41:37 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:505
71281672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:5057128167
2
Dados: 2022.03.18
09:14:33 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

- d) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- e) Comunicar imediatamente à fornecedora as irregularidades manifestadas no fornecimento dos produtos licitados;
- f) Fiscalizar o serviço dos produtos licitados;
- g) Assegurar ao pessoal da empresa prestadora dos serviços, o livre acesso às instalações para a plena execução do contrato/documento equivalente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

10.1. O valor estimado para o contrato é de R\$27.542,20 (vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte centavos) referentes a 14 caixas do medicamento (1.400 caps.), com previsão de aquisição de duas caixas por ordem de fornecimento.

10.2. A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir a quantidade total prevista no contrato referente ao objeto e não há quantidade mínima a ser adquirida pela CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

11.1. Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PRAZOS

12.1. O prazo para entrega do objeto pela CONTRATADA será de até 25 (vinte e cinco) dias após comprovação do pagamento pela CONTRATANTE.

12.2. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses, podendo o mesmo, ser encerrado antes do vencimento caso o objeto tenha sido adquirido em sua totalidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

13.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto, em regra, no endereço designado pela CONTRATANTE, na Farmácia Básica Municipal, localizada na Rua XV de Novembro, n.º 824 – Centro, Monte Belo - MG, no horário de 08:00 as 16:00 horas, nas seguintes condições:

13.1.1. Os medicamentos deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificado o

8

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:4
0687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:41:51 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:505712
81672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2022.03.18
09:14:47 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

13.1.2. Documentos que acompanham a entrega do medicamento:

- INVOICE
- PACKINGLIST
- AWB

13.1.3. Como se trata de medicamento importado em específico e sendo perecível, a sua validade deverá ser 2/3 (dois terços) referente ao prazo total.

13.1.4. Os medicamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

13.1.5. O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos mesmos.

13.1.6. De acordo com a Portaria n.º 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO.

13.1.7. Materiais com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

13.1.8. As marcas oferecidas na proposta deverão ser as mesmas no ato da entrega do bem de acordo com a ordem de fornecimento, não sendo permitida a substituição de marcas por mero interesse da CONTRATADA, exceto se a referida marca for retirada do mercado por motivos legais ou descontinuada sua produção.

13.1.9. Ocorrendo o caso acima, a CONTRATADA deverá entrar em contato com o Município, munido de documentos hábeis justificando a troca da marca, sempre por produto de qualidade igual ou superior a marca contratada, sem acréscimo do valor contratado e aguardar resposta oficial.

13.1.10. Caso haja necessidade, a administração a qualquer tempo PODERÁ solicitar dos licitantes a documentação comprobatória da procedência dos produtos ofertados, que deverão ser apresentadas no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação, sob pena de não homologação do pregão.

13.1.11. Obrigatório apresentação de Nota Fiscal, constar dados de identificação, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, lote, advertência, armazenamento, manuseio, responsável técnico (todos os dados pertinentes aquele produto quando a legislação em vigor o exigir)

13.1.12. Os produtos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes de acordo com a(s) categoria(s) a que pertencem, podendo a unidade requisitante solicitar a qualquer tempo documentos, informações e ou demonstrações referentes aos equipamentos ofertados. Deverão ainda ser acompanhados de

9

PAULO
OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40
687764823

Assinado de forma
digital por PAULO
OTAVIO MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764
823
Dados: 2022.03.23
11:42:03 -03'00'

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:505712
81672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2022.03.18
09:14:59 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

garantia mínima de 12 meses. Não serão permitidos produtos sem identificação de seus respectivos registros nos órgãos competentes de acordo com a(s) categoria(s) a que pertencem.

13.2. O objeto do Contrato será recebido pelo encarregado da Farmácia do Município ou servidor designado para tal, as especificações dos produtos serão conferidas no momento da entrega de acordo com o Termo de Referência deste Processo, bem como as certificações, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Aplica-se a este contrato as regras contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e conforme a Lei Federal n.º 10.520/2002, Termo de Referência e Termo de Dispensa de Licitação n.º 006/2022, ambos do PRC 036/2022 da Prefeitura Municipal de Monte Belo e demais disposições legais do gênero.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Monte Belo, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Monte Belo, 17 de março de 2022.

KLEBER
ANTONIO
FERREIRA
BONELI:50571
281672

Assinado de forma
digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:5057128167
2
Dados: 2022.03.18
09:15:13 -03'00'

MUNICÍPIO DE MONTE BELO
KLEBER ANTÔNIO FERREIRA BONELI
Prefeito Municipal

PAULO OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:406
87764823

Assinado de forma digital
por PAULO OTAVIO
MONTALVAO
CAMISOTTI:40687764823
Dados: 2022.03.23
11:42:22 -03'00'

PROGOODS COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
PAULO OTAVIO MONTALVÃO CAMISOTTI
Representante Legal

Laizma C. A. Rodrigues
134.649.396-99

Mariane Gabriela Caldas
131.311.436-73